

Repetição da história já é rotina no Brasil

Nélio Rodrigues

Rubem Azevedo Lima

Em sua fala semanal à Nação, através do programa "Conversa ao pé do rádio", o presidente José Sarney comentou os episódios de violência ocorridos no Rio, no último dia 25, dando a entender que os participantes daqueles fatos "já levaram o Brasil a vinte anos de execução."

Segundo o presidente, esses grupos de violência "voltam a agir para desestabilizar o país e atropelar a democracia em que vivemos". Portanto, segundo o chefe do governo, a história estaria inclinada a repetir-se no Brasil.

"Mas a História, afinal, se repete?" Os pensadores políticos e os historiadores se dividem quanto a esse fenômeno.

No Brasil, porém, os acontecimentos históricos parecem repetir-se invariavelmente. Em 1964, sob diversos pretextos, mas principalmente sob a alegação de ameaça comunista, tivemos, por exemplo, a repetição de 1937, em termos de supressão da ordem democrática.

Às vésperas da eclosão do golpe militar de 64, a inflação brasileira estava próxima de cem por cento ao ano. O índice de desemprego era elevado, a inquietação social começava a alastrar-se e os sindicatos exigiam mudanças.

No Rio de Janeiro realizaram-se conferências sobre a questão das chamadas reformas de base, preconizadas pelo então presidente João Goulart.

Antes dessa fase, para empurrar-se Goulart, o Congresso instaurara o sistema parlamentarista de governo, a fim de impedir que os chefes militares se opusessem à posse.

Agora, como na fase que precedeu a posse de Goulart, muitos constituintes se apegam à fórmula do parlamentarismo, temerosos de que o ex-governador Leonel Brizola venha a eleger-se presidente da República e, com isso, gere nova crise político-militar no país.

As agitações de rua se tornam uma constante, quase tanto quanto em 64. Ao mesmo tempo, se diz, tal como naquele ano, que se trama um jogo destinado a conceder a Sarney um mandato superior ao que se espera que ele cumprisse, para completar a transição democrática. Aquela época, acusava-se o então deputado Leonel Brizola de querer fechar o Congresso, na marra, para fazer as reformas de base. O presidente Goulart, por sua vez, era tido como chefe de um movimento interessado em proclamar uma espécie de repúblicas sindicalista no Brasil.

A diferença entre 1987 e 1964 é que naquele ano se dizia que as forças do golpismo estavam dentro do governo e, agora, se afirma que o suposto golpe está sendo tentado contra o governo.

ARQUIVO



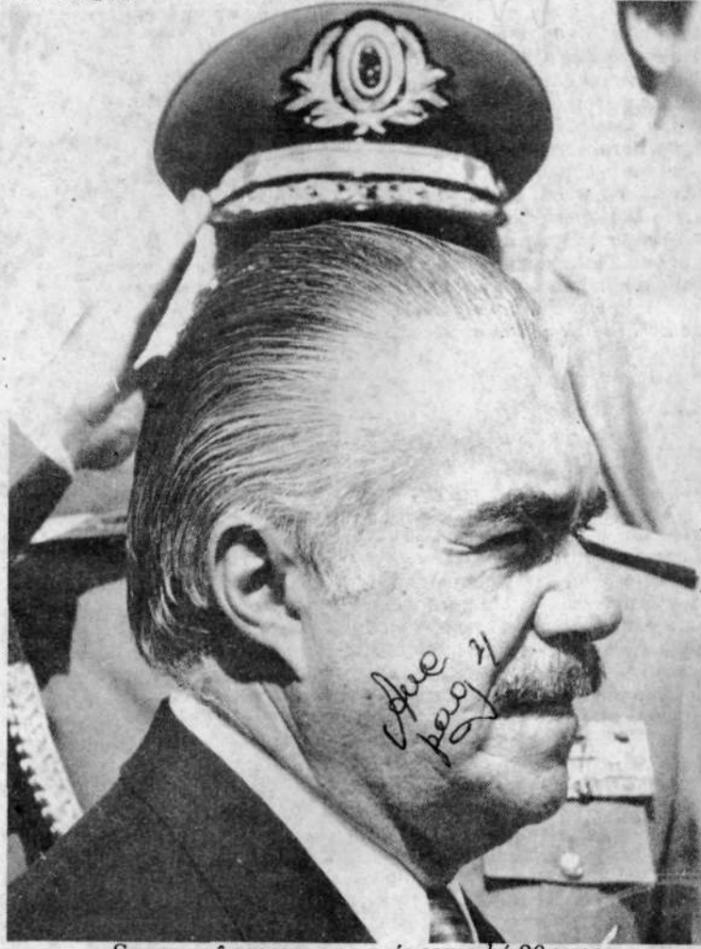
Em 64, sem eleição direta, Castello Branco toma posse

País copia França 200 anos depois

Em termos históricos e políticos, pode-se dizer que a história do Brasil é uma repetição de si mesma e da história de outras nações. A presença crescente de público nas galerias do Congresso não é um fato novo. Populares atuentes foram retirados à força das galerias da primeira Constituição brasileira, em 1823, segundo mostram os anais.

Na decretação da maioria de Pedro II, o plenário da Câmara dos Deputados foi invadido por populares e os parlamentares sofreram insultos das galerias. Agora mesmo, na votação do anteprojeto da Constituição, houve intensa participação popular no plenário da Câmara e o calor dos debates em torno da Constituição lembra as reuniões de 1964, para as reformas de base.

Mas, a rigor, não é só consigo mesmo que o Brasil se parece e são numerosos os pontos de contato da Assembléa



Sarney vê ameaças ao país como há 20 anos

Constituinte brasileira com a que se instalou na França, em 1789.

A primeira semelhança está na questão da soberania da Constituinte, surgida no Brasil e na França. O rei Luís XVI manifestou, ao abrir os trabalhos da assembleia, a esperança de que "os estados (representantes das três classes) seriam prudentes e o espírito de suas deliberações responderia aos anseios de uma nação poderosa".

O presidente Sarney disse quase a mesma coisa, ao fazer votos para que "os constituintes elaborassem uma Constituição digna dos anseios da sociedade brasileira, em termos democráticos".

Sarney diz que só aceita o mandato de cinco anos, mantido o presidencialismo. Luís XVI declarou, categoricamente, que "não consentirei, jamais, que a assembleia viole prerrogativas do clero e da nobreza. Se o fizer, o povo poderá, um dia, acusar-me de injustiça e fraqueza". O presidente Sarney também diz que não é fraco, e que "seus adversários confundem tolerância com fraqueza".

Ao se erguerem os constituintes franceses contra o poder real, Mirabeau procurou conter os radicais, foi vencido e considerado traidor do povo. Qualquer semelhança com o líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Santana, pode ser mera coincidência.

Na assembleia francesa, seu presidente, o deputado Brissot, foi acusado por Robespierre de empreguista. "Acusam-me de empregar parentes e amigos?" — indagou Brissot. "Pois todos eles ocupam lugares que a revolução lhes deu". O presidente do Senado, senador Humberto Lucena, e diversos constituintes situacionistas mereceram a acusação de fisiológicos. O próprio governo, como ocorreu com Luís XVI, procurou cooptar constituintes, a fim de conter seus arroubos reformistas.

Paralisação da Constituinte? Após a controvérsia em torno da soberania da Assembléa francesa, o cardeal La Rochefoucauld pregou a sua dissolução. Agora, com origem não se sabe em quê, o senador José Richa propõe a paralisação dos trabalhos da Constituinte, para que o país possa enfrentar seus problemas econômicos e sociais.

A Constituinte brasileira se compõe de quase vinte partidos, mas, basicamente, se divide em esquerda, centro-esquerda, centro-democrático (inclinado para a direita), centro-direita declarada e direita enrustida. Na assembleia francesa, acabou prevalecendo a atuação das esquerdas, cujos principais líderes (Robespierre, Danton, Marat, Fouquier Tinville e outros) foram chamados de crocodilos pelo historiador Taine, por haverem devorado seus adversários.

A primeira Constituição francesa durou apenas três anos. Quanto à brasileira em elaboração começa-se a acreditar que também não durará muito, pois frustrará — receia-se — as aspirações reformistas da Nação. A segunda Constituição francesa foi muito mais radical e teve seus efeitos extremados reduzidos com a ascensão ao poder de um general, Napoleão Bonaparte.

Pressões militares? Esse fenômeno é comum às duas assembleias. Na França, o general Dumouriez queixou-se da anarquia administrativa resultante da confusão política existente na Assembléa e da inflação crescente, bem como da alta do custo de vida. "Metade dos con-

vencionais" — afirmou Dumouriez — "é ignorante; outra metade é composta por celedrados".

Os ministros militares brasileiros não chegaram a esse ponto, mas já deixaram transparecer que discordam de reformas aprovadas na Constituinte, quanto à estabilidade e duração do trabalho, sistema parlamentarista e concessão de anistia aos militares unidos pelo movimento de 64, para que estes retornem às casernas.

Para estudiosos, é mera imitação

Parte da História do Brasil, segundo os estudiosos, não é a repetição, mas mera imitação da História de outros países. Ao colocar em recesso, com tropas, a primeira Assembléa Constituinte Brasileira, em 1823, Dom Pedro I, de certa forma, repetiu o gesto de Napoleão contra a assembleia francesa.

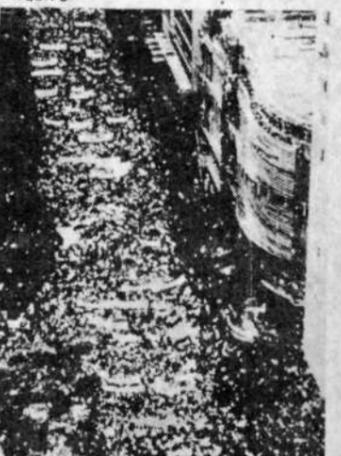
A Proclamação da República, em 1889, se deu sob influência de acontecimentos semelhantes na Europa e de países americanos que se libertaram do jogo da monarquia espanhola.

A primeira Constituição republicana, em sua feição presidencialista, foi cópia da Constituição dos Estados Unidos, por influência de seu principal redator, Rui Barbosa. Esse presidencialismo funcionou no Brasil — recém-saído da monarquia — com os mesmos vícios do regime americano, marcado pelas fraudes eleitorais.

Ao ser proclamada, a República não tinha raízes na alma popular. Aristides Lobo, futuro ministro do Interior no governo do marechal Deodoro, contou em carta publicada no Diário Popular, o que fora a proclamação da República. "O povo" — diz ele — "assistiu aquilo tudo sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada".

Meio século mais tarde, ainda sob a influência do fascismo europeu, instaurado na Itália, Espanha, Alemanha, Hungria, Portugal e outros países, o Brasil, no governo Vargas, também teve seu regime fascista, conhecido pelo nome de Estado Novo. Na Europa e no resto do mundo, passou-se a encarar com simpatia a proposta de ordem do fascismo como superior à desordem política e econômica e propícia ao enfrentamento do marxismo. Acreditava-se ingenuamente, na suposta capacidade milagrosa do totalitarismo. Milhões de pessoas pagaram com a vida e com a liberdade o engano que cometeram. Esse tipo de logro, porém, parece contar, sempre, em todas as partes do mundo, mas principalmente em países pobres ou em crise, com gente disposta a aceitá-lo.

Arquivo



Manifestações de rua se repetem como em 64

A semelhança nos erros e acertos

Será verdade que a história se repete? Segundo Marx, repete-se, mas a repetição só ocorre como farsa, pois resulta de imitação deliberada e, conseqüentemente, pífia.

Ao contrário de Marx, porém, muita gente acredita que a História se repita. Maquiavel, por exemplo, conforme assinala o professor Arturo Colombo, docente de História das Doutrinas Políticas na Universidade de Pávia, Itália. No prólogo de sua comédia Clizia, diz Maquiavel — segundo Colombo — que "se os mesmos homens voltassem ao mundo, como voltam os mesmos casos, não se passariam cem anos sem que nos encontrássemos outra vez juntos, a fazer as mesmas coisas de agora".

O professor Colombo cita outros partidários da tese de que a história se repete. Um deles é João Batista Vico, filósofo italiano do século XVIII, para quem os fatos históricos se repetem invariavelmente em seus cursos e re-cursos. Isso também é o que pensa Spengler, pensador alemão do começo do século XX, segundo o qual existe uma rigida morfologia na História, que se realiza durante um milênio e se divide em quatro tempos, como as estações do ano. As civilizações florescem na primavera, atravessam o verão, chegam ao declínio no outono do milênio e à decadência inexorável no inverno, cedendo lugar a novas civilizações, que repetem idêntica trajetória.

Para o historiador inglês Toynbee, no entanto, as coisas não são tão simples. O desenvolvimento de qualquer civilização depende das respostas de cada grupo social aos desafios que lhe são gerados pelo ambiente. Portanto, não é a história que se repete, mas sempre a mesma dialética de desafios e respostas.

Por último, o professor Jean Chelini sustenta (revista História, n.º 471, Edições Tallandier, Paris, março de 1986) que não é a História propriamente que se repete. "Esta, em seu desenrolar, produz fatos políticos que se assemelham uns aos outros. Os tempos, os lugares e os atores do drama são diferentes. Mas as motivações e as condutas dos homens conservam uma estranha permanência".

Deve ser por isso, talvez, que os acontecimentos históricos parecem repetir-se, em seus acertos e desacertos.

Personagens, como fatos, parecidos

O professor Franco Cardini, docente de História Contemporânea da Universidade de Bari, na Itália, aponta, em trabalho recente, diversos acontecimentos históricos extremamente parecidos entre si, bem como a semelhança entre personagens da História.

O rei Jugurta, da Numidia, região do Norte da África (século e meio antes de Cristo), desafiou o império romano há dois mil anos, da mesma forma que Khadaffi, da Líbia situada na mesma região, desafia o poderoso Estados Unidos.

Já o general Westmoreland, que chefiou as tropas americanas no Vietnã, é quase uma cópia de Crasso, general romano derrotado por guerrilheiros partos. "Os partos" — confirma Charles Fair, em seu livro História da Estupidez Militar — "baseavam sua tática de combate em vigorosos ataques de surpresa, seguidos de súbito desaparecimento dos atacantes. Isso, em certo sentido, foi o mesmo que fizeram os vietcongs contra as tropas de Westmoreland".

Economia

Segundo o economista italiano Elvio Lo Cascio, Suetônio, na biografia dos Doze Césares, escrita perto da era cristã revela plena consciência de que o aumento das emissões monetárias de Roma permitiu a compra dos tesouros de Ptolomeu, no ano 30 antes de Cristo. Orósio, historiador contemporâneo dos acontecimentos, fala da grande elevação dos preços de bens fundiários e outros bens, ocorrida em conseqüência da abundância de moeda romana.

O economista Jean Charles Asselain, professor de Ciências Econômicas da Universidade de Bordéus, na França, sustenta, hoje que a excessiva liquidez de dólar no mercado mundial permitiu aos Estados Unidos adquirir ativos importantes na Europa, na América Latina e no Terceiro Mundo, em geral.

Graças à emissão de sua própria moeda, os Estados Unidos aumentaram seus investimentos em todo o mundo, gerando inflação e alta dos juros internacionais.

Boa parte dos novos tesouros dos Ptolomeus do mundo moderno passou então, ao controle de empresas americanas.